

A Comissão Nacional Justiça e Paz vem juntar-se a todos os que têm alertado para a dramática situação que vive hoje o povo de Cabo Delgado, a que ninguém pode ficar indiferente. Destacamos, a este respeito, a declaração de solidariedade da Conferência Episcopal Portuguesa para com a diocese de Pemba do passado dia 14 de novembro.

Será pela distância (geográfica, mas não apenas) que nos separa de África. O que é notório é que um drama desta amplitude não tem recebido a atenção que lhe é devida. Assistimos a muitas e fortes reações de indignação sempre que atentados terroristas atingem a Europa. Os atentados que hoje atingem esta região do Norte de Moçambique são de uma gravidade extrema, equivalente à dos atentados terroristas que têm atingido a Europa multiplicada por cem ou por mil. Mas não têm recebido uma atenção sequer comparável a estes.

Calculam-se em mais de duas mil as vítimas mortais e em mais de quinhentos mil as pessoas deslocadas, que se viram obrigadas a deixar as suas casas para fugir à morte. Há notícia de destruição sistemática de habitações e estruturas missionárias de apoio à população. São descritas atrocidades das mais chocantes.

Não se ignora que os ataques se fazem em nome do “auto-proclamado Estado Islâmico”. Entre as vítimas, estão cristãos, mas também muçulmanos. Estes considerar-se-ão profundamente ofendidos pela instrumentalização da sua fé como pretexto para tais ataques. Não está em causa a divisão entre cristãos e muçulmanos, mas entre uma ideologia bárbara e mortífera e o povo inocente e pacífico.

Também não podemos fechar os olhos ao facto de a região de Cabo Delgado ser rica em gás natural e pedras preciosas, o que a torna alvo de uma cobiça que despreza do direito do povo moçambicano a beneficiar desses recursos.

O nosso apelo dirige-se aos governos de Moçambique e de Portugal, à União Europeia e às Nações Unidas: que se encontrem as formas mais adequadas de defesa das populações vítimas destes ataques.

E dirigimo-nos também a todos os portugueses e portuguesas: que, na medida das suas

possibilidades, contribuam para a urgente ajuda humanitária em favor dessas populações. Salientamos, a este respeito, entre outras, as campanhas organizadas pela Cáritas Portuguesa e pela Fundação Ajuda à Igreja que Sofre.

Que o grito do povo de Cabo Delgado seja ouvido e não se depare com a indiferença!

Lisboa, 2 de dezembro de 2020

A Comissão Nacional Justiça e Paz